



**CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
4ª CÂMARA DE JULGAMENTO**

**ATA DA 4ª (QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR
VIDEOCONFERÊNCIA, DA 4ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE
RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.**

Aos 23 (*vinete e três*) dias do mês de julho do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 13h 30min. (*treze horas e trinta minutos*), após verificado o quorum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 4ª (*quarta*) Sessão Ordinária Virtual da 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. José Augusto Teixeira. Presentes à Sessão os Conselheiros(as) IVETE MAURÍCIO DE LIMA, MICHEL ANDRÉ BEZERRA LIMA GRADVOHL, DALCÍLIA BRUNO SOARES, WEMERSON ROBERT SOARES SALES, JOSÉ OSMAR CELESTINO JÚNIOR e FERNANDO AUGUSTO DE MELO FALCÃO. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. RAFAEL LESSA COSTA BARBOZA. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, o Sr. Presidente passou à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/4372/2018 – Auto de Infração: 1/201805714. Recorrente: NTB NORDESTE TORRES DO BRASIL LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: Conselheiro WEMERSON ROBERT SOARES SALES. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para decidir sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade por cerceamento do direito de defesa, sob a alegação de que o auto de infração contém vícios que maculam a motivação e os dispositivos legais pela falta de clareza** – Afastado, por unanimidade de votos, tendo em vista que o procedimento fiscal foi descrito no Auto de Infração e Informações Complementares, devidamente motivado e embasado em elementos de prova anexos, garantindo o exercício do contraditório e da ampla defesa. **2. No mérito**, resolvem os membros da 4ª Câmara de Julgamento do CRT, por maioria de votos, dar provimento em parte ao Recurso interposto, para modificar a decisão condenatória exarada em 1ª Instância, e julgar **parcialmente procedente** o feito fiscal, nos seguintes termos: 1. Não acatamento do pedido da parte para reenquadramento da penalidade no art. 126, da Lei nº 12.670/96, antes das alterações advindas pela Lei nº 16.258/2017, tendo em vista que a penalidade específica para o caso em questão já existia desde a Lei 13.418/2003. 2. Aplicação da sanção prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, com nova redação dada pela Lei nº 16.258/2017, respeitando o limite de 1.000 (mil) Ufirces por período de apuração. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, contrária ao Parecer da Assessoria Processual Tributária, mas de acordo com a manifestação oral do representante da

Procuradoria Geral do Estado, conforme precedentes do Conat, notadamente a Resolução nº 48/2019, da 4ª Câmara de Julgamento. Vencidos os Conselheiros Michel André Bezerra Lima Gradvohl e Dalcília Bruno Soares, que se pronunciaram pela aplicação da penalidade prevista no art. 123, III, “g” da Lei nº 12.670/96, com as alterações dadas pela Lei nº 16.258/17, se for mais favorável ao contribuinte. **Processo de Recurso nº 1/4371/2018 – Auto de Infração: 1/201805715. Recorrente: NTB NORDESTE TORRES DO BRASIL LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: Conselheiro JOSÉ OSMAR CELESTINO JÚNIOR. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para decidir sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade por cerceamento do direito de defesa, sob a alegação de que o auto de infração contém vícios que maculam a motivação e os dispositivos legais pela falta de clareza** – Afastado, por unanimidade de votos, tendo em vista que o procedimento fiscal foi descrito no Auto de Infração e Informações Complementares, devidamente motivado e embasado em elementos de prova anexos, garantindo o exercício do contraditório e da ampla defesa. **2. No mérito,** resolvem os membros da 4ª Câmara de Julgamento do CRT, por unanimidade de votos, dar provimento em parte ao Recurso interposto, para modificar a decisão exarada em 1ª Instância, e julgar **parcialmente procedente** o feito fiscal, nos seguintes termos: 1. Não acatamento do pedido da parte para reenquadramento da penalidade no art. 126, da Lei nº 12.670/96, antes das alterações advindas pela Lei nº 16.258/2017, tendo em vista que a penalidade específica para o caso em questão já existia desde a Lei 13.418/2003. 2. Aplicação da sanção prevista no art. 123, VIII, “L”, da Lei nº 12.670/96, com nova redação dada pela Lei nº 16.258/2017, respeitando o limite de 1.000 (mil) Ufirces por período de apuração, conforme cálculos constantes do Parecer da Assessoria Processual Tributária. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Os Conselheiros Michel André Bezerra Lima Gradvohl e Dalcília Bruno Soares ressaltaram que votaram pela aplicação do art. 123, VIII, L da Lei nº 12.670/96 por entenderem que no caso de falta de escrituração de notas fiscais de saída inexistia penalidade específica. **Processo de Recurso nº 1/4373/2018 – Auto de Infração: 1/201805710. Recorrente: NTB NORDESTE TORRES DO BRASIL LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: Conselheira IVETE MAURÍCIO DE LIMA. Decisão:** A 4ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário para decidir sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade por cerceamento do direito de defesa, sob a alegação de que o auto de infração contém vícios que maculam a motivação e os dispositivos legais pela falta de clareza** – Afastado, por unanimidade de votos, tendo em vista que o procedimento fiscal foi descrito no Auto de Infração e Informações Complementares, devidamente motivado e embasado em elementos de prova anexos, garantindo o exercício do contraditório e da ampla defesa. **2. Com relação a preliminar de nulidade suscitada sob a alegação de que o Auto de Infração não descreve a correção monetária nem os juros aplicados** – Afastada, por unanimidade de votos, considerando que a questão dos juros e correção monetária está disciplinada nos termos dos artigos 76 e 77 do Decreto nº 24.569/97, sendo questão legal que não cabe ser discutida nesta fase do processo. **3. No mérito,** resolvem os membros da 4ª Câmara de Julgamento do CRT, por maioria de votos, negar provimento ao Recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, aplicando a penalidade do art. 123, III, “m” da Lei nº 12.670/96, com a nova redação dada pela Lei nº 16.258/2017. Decisão nos termos do primeiro voto divergente e vencedor, proferido pelo Conselheiro Michel André Bezerra Lima Gradvohl, que ficou designado para lavrar a Resolução e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, referendado, em sessão, pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Ressaltamos ainda, que foi rejeitado por unanimidade de votos, o pedido da parte para redução da multa, pela aplicação do art.

126, da Lei nº 12.670/96, em consonância com o art. 106, inciso III, alínea “c”, do Código Tributário Nacional. Vencidos os Conselheiros, Ivete Maurício de Lima, relatora originária, e José Osmar Celestino Júnior, que se pronunciaram pela parcial procedência, nos termos do voto da relatora, a seguir transcrito: *“Voto pela parcial procedência motivada pela redução da multa de 20% para 10%, nos termos do art. 126, da Lei nº 12.670/96, com as alterações dadas pela Lei nº 13.418/2003, norteadas pelo art. 112 do CTN. Ressalto que as operações que foram objeto da autuação se referem a remessa para industrialização, nas quais não são tributadas por ocasião da entrada (ICMS suspenso).”* **Processo de Recurso nº 1/4370/2018 – Auto de Infração: 1/201805713. Recorrente: NTB NORDESTE TORRES DO BRASIL LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: Conselheira DALCÍLIA BRUNO SORES. Decisão:** O Sr. Presidente, em conformidade com o Parágrafo Único, do art. 4º, da Portaria 158/2020, **sobrestou** o julgamento do processo, em razão de sua conexão com o primeiro processo julgado nesta Sessão (AI nº 201805714), cuja Resolução deverá ser anexada a este processo, para os esclarecimentos necessários à realização do seu julgamento. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 24 de julho do corrente ano, às 13h30min. *(treze horas e trinta minutos)*. E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 4ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

José Augusto Teixeira
PRESIDENTE DA 4ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 4ª CÂMARA